

• Política

MILITARES

Anistia preocupa ministro militar

por Mariângela Hamu de Brasília

(Continuação da 1ª página)
Rita Medeiros que os ministros militares consideram que a proposta da Comissão de Sistematização é a que satisfaz plenamente aos interesses das Forças Armadas, mas que a emenda apresentada pelo "Centrao" também é aceitável. O temor dos militares é com as demais emendas, que poderiam ampliar os direitos dos ex-militares que foram atingidos pelos atos institucionais no que diz respeito ao pagamento de seus vencimentos e à sua reintegração.

O ministro Sabóia, durante o almoço, leu um documento de oito páginas em que relata todas as dificuldades que teria para administrar no comando do seu Ministério e a complexa situação que surgiria caso não fosse aprovado o texto da Sistematização. E se visse obrigado a remunerar os anistiados em caráter retroativo.

Entre as dificuldades citadas por Sabóia está "a total impossibilidade de alguém encontrar, objetivamente, motivação política em atos administrativos, calcados em razões claramente expressas em leis e regulamentos". Como consequência "inevitável" da subjetividade que passaria a imperar — sustenta o documento —, "qualquer um entre os mais de 55 mil praças excluídos rotineiramente do serviço ativo da Marinha, nos últimos 23 anos, poderia provocar uma pseudomotivação política subjacente ao ato administrativo legítimo que o retirou da atividade".

O ministro explicou que entre os oficiais do corpo da Armada, de 100 segundos-tenentes apenas 40

atingem o posto de capitão-de-mar-e-guerra e, desses, apenas 10 são promovidos a contra-almirante. Isso quer dizer — explica o documento lido por ele — "que a cada ano 30 capitães-de-mar-e-guerra são transferidos para a reserva por não haverem sido promovidos. Em 23 anos, seriam cerca de 700 capitães-de-mar-e-guerra que, no caso, poderiam invocar motivação política por não terem sido adicionados".

O relatório de Sabóia analisa com rigor a possibilidade de serem concedidos benefícios financeiros com efeitos retroativos aos anistiados, caso não seja aprovado o texto da Sistematização, e prevê um grande ônus para o Tesouro. Somente em pagamento de atrasados para os que foram afastados por atos de exceção, o Ministério teria de desembolsar CZ\$ 9 bilhões, assegura o documento, que ainda prevê: "Um oficial no posto de segundo-tenente, afastado em 1964, teria direito a receber CZ\$ 40 milhões".

Considerando-se apenas os praças afastados da Marinha por atos administrativos e motivos disciplinares no período de 1964 e 1968 (cerca de 12 mil) — afirmou Sabóia —, a Marinha teria de gastar com atrasados cerca de CZ\$ 140 bilhões. E concluiu: "A não aprovação do texto representa uma ameaça à pacificação já obtida e coloca em grande risco os pilares básicos da Marinha como instituição: a hierarquia e a disciplina". No almoço, os ministros prometeram agir para que seja aprovado um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Eles são contra a realização de eleições presidenciais neste ano.

Ministros consideram os cinco anos garantidos

por Rita Medeiros de Brasília

O mandato de cinco anos para o presidente José Sarney é um tópico da Assembleia Nacional Constituinte que facilmente deverá ser aprovado nesta última fase, na avaliação dos ministros militares que se reuniram ontem para examinar a situação geral do País e os assuntos de interesse comum às três Forças. A mesma certeza eles não possuem, porém, com relação à anistia para os militares, uma questão que, segundo eles, certamente se tornará polêmica devido ao grande número de emendas apresentadas pelos parlamentares. Do encontro participaram o general Leônidas Pires Gonçalves, do Exército; o brigadeiro Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; o almirante Henrique Sabóia, da Marinha; o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, do Estado Maior das Forças Armadas; o general Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI); e o general Bayma Denys, do Gabinete Militar da Presidência da República.

A posição dos ministros militares é a de apoiar a proposta da Comissão de Sistematização para a anistia, que satisfaz plenamente os interesses das Forças Armadas, afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. Na sua

opinião, é também aceitável a emenda proposta pelo "centrao", que não introduz nenhuma alteração àquela da Sistematização. O temor é com relação às demais emendas, que poderiam ampliar os direitos dos ex-militares atingidos pelos atos institucionais, no que diz respeito à sua reintegração e ao pagamento de vencimentos; algumas das propostas chegam a estender esses direitos a militares demitidos antes de 1964.

De acordo com o ministro da Aeronáutica, a reunião de ontem procurou definir uma linha de ação conjunta das três Forças visando esta etapa final dos trabalhos da Constituinte. Moreira Lima afirmou que cada ministro irá acionar suas assessorias parlamentares para que promovam encontros com os constituintes a fim de esclarecer os pontos que os militares consideram de interesse comum ou de segurança nacional, como a anistia e o mandato de cinco anos.

Para Moreira Lima, as informações dos ministros militares levam a crer que o mandato de cinco anos será aprovado porque os relatos que recebem de seus assessores "apresentam um quadro muito otimista". Essa análise é feita, entretanto, segundo o ministro, considerando também o mandato de quatro anos, que contraria todas as expectativas dos três ministros.

Constituinte fixa o juro real em 12%

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte votou ontem todo o capítulo do Sistema Financeiro e aprovou, por acordo de lideranças, o texto substitutivo do "Centrao" que torna inegociável e intransferível a autorização concedida para o funcionamento de instituições financeiras no País.

Com essa decisão, o sistema cartorial da "carta patente" vai desaparecer do País: a carta patente, que representa justamente a autorização ao funcionamento, é hoje negociada por valor de mercado sempre que uma instituição financeira desaparece e dá lugar a outra.

A surpresa da votação de ontem surgiu com a aprovação da emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Com 314 votos a favor e 112 contra (houve 34 abstenções), os constituintes aprovaram a proposta de Gasparian, pela qual as ta-



Fernando Gasparian

xas de juro reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão do crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. Todo o esforço feito pelos deputados Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) e José Serra (PMDB-SP) no sentido de que a emenda fosse retirada acabou sendo em vão. "O sistema, agora, vai-se ajustar, porque tem que

cumprir a lei", comentou Cezar Coelho, que além de constituinte é banqueiro (Banco Multiplic).

"Estamos voltando para o século XIII, isto é uma insensatez e não vai ser cumprido", opinou o deputado Delfim Netto (PDS-SP). "Não se pode desfazer a lei da oferta e da procura", contrapôs o deputado Afif Domingos (PL-SP). A emenda foi aprovada com votos da esquerda e de constituintes ligados ao setor rural, a despeito mesmo de toda a argumentação contrária do deputado César Maia (PDT-RJ), feita da tribuna do plenário.

O texto do "Centrao" remete para lei complementar uma série de regulamentações do sistema financeiro, como a participação do capital estrangeiro e a organização, funcionamento e atribuições do Banco Central. Também vai para lei complementar a regulamentação do funcionamento das cooperativas de crédito, conforme emenda do deputado Oswaldo Almeida (PL-RJ), acatada em votação. Uma terceira emenda ao projeto foi aprovada mas deixou todos os constituintes confusos: ela prevê que a instituição financeira não pode atuar em atividades que não sejam próprias do mercado financeiro bancário.

(Ver página 6)

A reação do mercado financeiro à decisão da Constituinte de estabelecer um teto máximo de 12% ao ano acima da inflação para a cobrança de operações de crédito foi de espanto absoluto.

"É um absurdo completo", afirmou Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), ao comentar a este jornal a decisão tomada pelos constituintes.

Sua opinião foi reforçada pelo ex-diretor da Área de Mercado de Capitais do BC, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Segundo ele, "o Congresso Constituinte deu uma demonstração de ignorância absoluta em questões financeiras".

Para o diretor-superintendente do Citicorp Investment Bank, Alvaro de Souza, "as forças do mercado predominam sobre qualquer decisão dos legisladores".

Anistia preocupa ministro militar

por Mariângela Hamu de Brasília

Os seis ministros militares analisaram ontem, durante almoço de trabalho no Ministério da Marinha, a questão da anistia aos militares, que será votada nas próximas semanas pela Assembleia Nacional Constituinte.

Eles concluíram, após rigoroso exame dos números apresentados durante o encontro, que suas assessorias parlamentares deverão redobrar esforços para que seja aprovado o texto sugerido pela Comissão de Sistematização sobre o assunto — informou a este jornal uma fonte do governo.

Esse texto, aprovado no início dos trabalhos da Constituinte, prevê, no artigo 5º das "Disposições Transitórias", que será concedida anistia a todos que, desde 1946 até a data da promulgação da nova Constituição, "foram atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares...". O parágrafo 1º deste artigo prevê, ainda, que "está vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo". Não está prevista a reintegração.

Participaram do almoço os ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima; do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinha; do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes; e do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denis. O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, o anfitrião, fez uma longa explanação sobre a importância de a Assembleia Nacional Constituinte aprovar o texto da Sistematização, considerando por ele "satisfatório".

O brigadeiro Octávio Moreira Lima disse à repórter

(Continua na página 7)

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse ontem à noite à repórter Rita Medeiros que lamenta estar havendo uma distorção nos trabalhos da CPI da Corrupção, referindo-se à iniciativa da CPI de interpellar judicialmente o presidente José Sarney. Segundo o ministro, "pode-se iniciar um processo de demoralização do primeiro mandatário da Nação, que compromete até mesmo seu sucessor, que entraria desgastado. Assim, esse processo pode desencadear uma série de retaliações políticas que ameacem as instituições vigentes".